



PROCURAÇÃO JUDICIAL

Outorgante:		
Data de Nascimento:	Estado Civil:	
Profissão:	CPF:	RG:
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
E-mail:		Telefone:
() Pensionista, () Herdeiro ou () Inventariante de _____		
_____ CPF: _____		
(Se o Outorgante for o próprio aposentado titular original do direito, não preencher este campo)		

OUTORGADOS: ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o n. 9.930; **ANA TORREÃO BRAZ LUCAS DE MORAIS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/DF sob o n. 24.128; **JOÃO PEREIRA MONTEIRO NETO**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/DF sob o n. 28.571, sócios do escritório **Torreão Braz Advogados**, CNPJ n. 37.100.880/0001-88, cujo contrato social está arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, sob o n. 401/1997, por despacho de 23.4.1997, com sede no SHIS QI 5, Chácara 98, Lago Sul, Brasília, CEP: 71.600-640.

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) Outorgante nomeia e constitui seus procuradores os Outorgados acima nomeados e lhes confere os poderes da cláusula *ad judicium*, bem como todos os poderes especiais elencados na parte final do art. 105 do Código de Processo Civil, a fim de patrocinar e acompanhar o cumprimento de sentença da obrigação reconhecida nos autos da Ação Coletiva n. 0032842-82.2002.4.01.3400, proposta pela Associação dos Diplomatas Brasileiros, ADB, para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre as parcelas de diárias e terço de férias.

Para tanto, o(a) Outorgante acorda com o seguinte:

I – o Escritório Torreão Braz Advogados perceberá, a título de honorários advocatícios, 5% (cinco por cento) do montante bruto recebido pelo(a) Outorgante em razão do cumprimento de sentença;

II – o(a) Outorgante autoriza a retenção dos honorários no percentual acima indicado (5%) na expedição da competente requisição de pagamento, nos termos do § 4º do art. 22 da Lei n. 8.906/1994;

III – o(a) Outorgante autoriza os Outorgados e os advogados por eles substabelecidos a realizarem eventual acordo com a União (Fazenda Nacional), mediante ratificação expressa pelo(a) Outorgante em termo individual de acordo, a fim de conferir maior celeridade à satisfação da obrigação.

_____, _____ de _____ de 2024.
(local/data)

(assinatura eletrônica ou física com reconhecimento de firma em cartório)